

Folha Participações S.A. e Controladas - CNPJ: 05.395.894/0001-80

Relatório da Administração

A Folha Participações S.A. apresenta seus resultados consolidados relativos ao exercício de 2025, preparados e apresentados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com o parecer dos auditores externos PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. O ano de 2025 manteve a alta temperatura jornalística, com uma agenda marcada por tensões políticas, rearranjos geopolíticos e pela consolidação da inteligência artificial como eixo central de transformação econômica e informacional. No Brasil, o noticiário acompanhou os desdobramentos institucionais do período recente, além de temas estruturais como economia, segurança pública e atuação do governo. Nesse contexto, a Folha reafirmou sua relevância com coberturas de impacto, produção consistente de furos e diversificação de formatos jornalísticos. Ao longo do ano, foram dezenas de informações exclusivas relevantes em diferentes editorias, cobrindo temas como política, economia, cotidiano e cultura, incluindo reportagens sobre uso indevido de conteúdo por empresas de inteligência artificial e questões sensíveis envolvendo autoridades públicas. Além do jornalismo investigativo, a Folha produziu coberturas especiais, séries e produtos editoriais di-

versos, ampliando a oferta de conteúdo e aprofundando a análise de temas complexos do Brasil e do mundo. No total, o ano reuniu grandes coberturas, séries, produtos editoriais especiais e eventos, além de dezenas de entrevistas com personagens relevantes, o que levou o jornal e seus profissionais a ganhar prêmios internacionais. A agenda editorial em defesa da energia limpa foi renovada e consolidada, reforçando o posicionamento do jornal em temas ambientais e de futuro. Paralelamente, a Folha avançou na criação de ferramentas de utilidade pública e no uso de inteligência artificial aplicada ao jornalismo, ampliando sua capacidade de serviço ao leitor. No campo digital, o desempenho refletiu essa estratégia. A Folha encerrou 2025 com 2,1 bilhões de páginas vistas (+9%) e 830 milhões de visitas (+9%), mantendo uma base de 185 milhões de usuários e alcançando um total de 875.579 assinantes pagos, muito próxima à soma dos assinantes de seus três principais concorrentes, o Globo, o Estado de S. Paulo e Valor Econômico. No plano estrutural, intensificaram-se os debates globais sobre remuneração de conteúdo jornalístico por plataformas tecnológicas, especialmente no contexto da inteligência artificial generativa.

O uso de material jornalístico sem autorização ou compensação tornou-se um dos principais pontos de tensão entre empresas de mídia e big techs, reforçando a necessidade de novos modelos de regulação e de acordos comerciais mais equilibrados. Nesse cenário, o Grupo Folha seguiu acelerando sua transição para o digital, com ampliação de conteúdos exclusivos e diversificação de produtos. A Receita Líquida total subiu 6,2%, o Custo das Vendas e dos Serviços Prestados encolheram 7,3% e o Lucro Bruto subiu 31,1%. As Receitas (Despesas) Operacionais recuaram 5% no ano de 2025. A administração mantém foco contínuo na melhoria dos processos, redução de custos, aumento da produtividade e da rentabilidade. O desempenho consolidado resultou no lucro líquido em 2025 de R\$ 1.745 milhão (versus R\$ 662,498 milhões em 2024) e o Patrimônio Líquido aumentou para R\$ 4,777 bilhões versus R\$ 4,022 bilhões em 2024. Agradecemos aos nossos acionistas, anunciantes e leitores o indispensável apoio e confiança, bem como a determinação e o comprometimento do nosso time de profissionais, fundamentais para a obtenção dos resultados em ano repleto de desafios.

| Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais) | | | | |
|---|--------------|-----------|-------------|-----------|
| | Controladora | | Consolidado | |
| | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 |
| Ativo | | | | |
| Circulante | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5) | - | - | 1.889.661 | 888.491 |
| Contas a receber de clientes (Nota 6) | - | - | 85.387 | 77.103 |
| Estoques (Nota 7) | - | - | 3.717 | 8.538 |
| Impostos e contribuições a recuperar (Nota 8) | - | - | 1.878 | 2.767 |
| Contas a receber - partes relacionadas (Nota 9) | - | - | 8.777 | 7.392 |
| Despesas antecipadas | - | - | 3.509 | 2.371 |
| Outras contas a receber | - | - | 2.208 | 1.395 |
| Dividendos a receber | 5.031 | 6.672 | - | - |
| Juros sobre capital próprio a receber | - | - | 98.859 | - |
| Total do ativo circulante | 5.031 | 6.672 | 2.093.996 | 988.057 |
| Não circulante | | | | |
| Realizável a longo prazo | - | - | 18 | 102 |
| Outras contas a receber | - | - | 37.427 | 37.172 |
| Depósitos compulsórios e judiciais (Nota 16) | 87.424 | 37.347 | 589.684 | - |
| Dividendos a receber | 87.424 | 37.347 | 627.129 | 37.274 |
| Outros ativos financeiros não circulantes (Nota 10.c) | - | - | 3.423.864 | 4.797.327 |
| Investimentos (Nota 10.a e b.) | 4.771.612 | 4.017.366 | - | - |
| Propriedade para investimento (Nota 12) | - | - | 231.072 | 133.164 |
| Imobilizado (Nota 11) | - | - | 54.811 | 57.404 |
| Intangível | - | - | 425 | 272 |
| Total do ativo não circulante | 4.771.612 | 4.017.366 | 3.710.172 | 4.988.167 |
| | 4.859.036 | 4.054.713 | 4.337.301 | 5.025.441 |
| Total do ativo | 4.864.067 | 4.061.385 | 6.431.297 | 6.013.498 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

| | Atribuído aos acionistas controladores | | | | | |
|--|--|------------------------|---------------|------------------------------|---------------------|-------------------|
| | Capital social | Reserva de reavaliação | Reserva legal | Reserva de lucros a realizar | Reserva estatutária | Lucros acumulados |
| Saldos em 31 de dezembro de 2023 | 144.185 | 26.642 | 7.746 | 20.619 | 117.602 | 3.437.695 |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | - | 662.497 |
| Constituição de reserva legal | - | - | 21.091 | - | - | (21.091) |
| Realização de reserva de reavaliação em controlada líquida de tributos | - | (564) | - | - | - | 564 |
| Dividendos mínimos obrigatórios | - | - | - | - | - | (32.071) |
| Transferência para reserva estatutária | - | - | - | - | 609.899 | (609.899) |
| Ganhos atuariais (Nota 22) | - | - | - | - | - | 2.257 |
| Aumento (Redução) de valor justo em outros investimentos (Nota 10.c) | - | - | - | - | - | (48.133) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2024 | 144.185 | 26.078 | 28.837 | 20.619 | 727.501 | 3.075.025 |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | - | 1.744.672 |
| Constituição de reserva legal | - | - | 62.210 | - | - | (62.210) |
| Aumento de capital social | 311.048 | - | - | - | (311.048) | - |
| Realização de reserva de reavaliação em controlada líquida de tributos | - | (564) | - | - | - | 564 |
| Dividendos mínimos obrigatórios | - | - | - | - | - | (84.123) |
| Transferência para reserva estatutária | - | - | - | 1.598.903 | - | (1.598.903) |
| Ganhos atuariais (Nota 22) | - | - | - | - | - | 825 |
| Aumento (Redução) de valor justo em outros investimentos (Nota 10.c) | - | - | - | - | - | (906.484) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2025 | 455.233 | 25.514 | 91.047 | 20.619 | 2.015.356 | 2.169.366 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas - 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional. A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em São Paulo, Estado de São Paulo. A Folha Participações S.A. ("Companhia" ou "Controladora") tem como atividade preponderante a atividade de holdings de instituições não financeiras. A controlada Larimus Participações Ltda. ("Controlada") tem como atividade preponderante a atividade de holdings de instituições não financeiras.

2. Resumo das principais políticas contábeis materiais: As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de preparação: As presentes demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 30 de abril de 2026. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC's). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas. Essas demonstrações evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos Outros ativos financeiros não circulantes, Terrenos e Edifícios, no Imobilizado e as correspondentes constituições do Impostos de renda e contribuição social diferidos passivos.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados. A preparação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Àreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. a) Demonstrações financeiras consolidadas: As demonstrações financeiras consolidadas apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior. Foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). b) Demonstrações financeiras individuais: As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas. Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas e as operações em conjunto, são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial, ajustadas na proporção detida nos direitos e nas obrigações contratuais da Companhia. Estes ajustes, na Companhia, são efetuados tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas, no objetivo de obter o mesmo resultado e patrimônio líquido atribuído aos acionistas da Controladora. 2.2. Consolidação: A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle ("Grupo"), exceto com relação as entidades controladas em conjunto, isto é, quando a Companhia está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de afetar esses retornos através de seu poder sobre as atividades relevantes da investida. a) Controladas: Controladas são todas as entidades nas quais o Grupo detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que a Companhia obtém o controle da investida e cessa quando a Companhia perde o controle da investida. As Empresas controladas incluídas na consolidação, estão descritas na Nota 4. b) Perda de controle em controladas: Quando a Companhia deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. O valor justo é o valor contábil para subsequente contabilização da participação retida em uma coligada, uma joint venture ou um ativo financeiro. Além disso, quaisquer valores previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes, relativos a estas entidades, são contabilizados como se a Companhia tivesse alienado diretamente os ativos ou passivos relacionados. Isso pode significar que os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes serão, quando realizados, reclassificados para o resultado. c) Coligadas e empreendimento controlados em conjunto: Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto. Acordos em conjunto são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em acordos em conjunto são classificados como operações em conjunto (joint operations) ou empreendimento controlados em conjunto (joint ventures) dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor. As operações em conjunto são contabilizadas nas demonstrações financeiras para representar os direitos e as obrigações contratuais da Companhia. Dessa forma, os ativos, passivos, receitas e despesas relacionadas aos seus interesses em operação em conjunto são contabilizados individualmente nas demonstrações financeiras. A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de sua joint ventures é reconhecida na demonstração do resultado. Quando a participação da Companhia nas perdas de uma joint venture for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais. Os ganhos não realizados das operações entre a Companhia e suas controladas e controlada em conjunto são eliminados na proporção da participação da Companhia. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia. 2.3. Conversão de moeda estrangeira: a) Moeda funcional e de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada controlada, incluída na consolidação, são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (a "moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais, moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação. b) Transações e saldos: As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa, são apresentados na demonstração do resultado como variações cambiais, líquidas. Todos os outros ganhos e per-

das cambiais são apresentados na demonstração do resultado como "Resultado financeiro". c) Empresas controladas: As demonstrações financeiras das controladas e controlada em conjunto estão apresentadas pela mesma moeda funcional da controladora (real). 2.4. Caixa e equivalentes de caixa: Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. O Grupo e suas controladas consideram equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. 2.5. Instrumentos financeiros: i) Ativos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração: Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento, sendo classificados como (i) custo amortizado, (ii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, (iii) ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a sua gestão. Com exceção das contas a receber de clientes, que não contêm um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente próprio, um ativo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo através do resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Classificação: Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos patrimoniais): No reconhecimento inicial, a Companhia pode optar, em caráter irrevogável, pela classificação de seus instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando atenderem à definição de patrimônio líquido nos termos do CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação e não mantidos para negociação. A classificação é determinada considerando-se cada instrumento, especificamente. Ganhos e perdas sobre estes ativos financeiros nunca são reclassificados para resultado. Os dividendos são reconhecidos como Dividendos recebidos no resultado, quando constituído o direito ao pagamento, exceto quando o Grupo se beneficia destes proventos a título de recuperação de parte do custo do ativo financeiro, caso em que estes ganhos são registrados em outros resultados abrangentes. Instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não estão sujeitos ao teste de redução ao valor recuperável. Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado: Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Não obstante os critérios para os instrumentos de dívida serem classificados pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, os instrumentos de dívida podem ser designados pelo valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se isso eliminar, ou reduzir significativamente, um descaçamento contábil. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Desreconhecimento: Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram. • A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) A Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) A Companhia nem transferiu, nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. • Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. • Neste caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia. • O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre (i) o valor do ativo e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia). Redução ao valor recuperável de ativos financeiros: A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito devido ao reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia). Para contas a receber de clientes e ativos de contrato, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia acompanha as alterações no risco de crédito e reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base, seguindo o que recomenda CPC 48. A Companhia estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico, em linha com o expediente prático do CPC 48 item B5.5.35. Observando o Princípio da Prudência, a Companhia considera um ativo financeiro em situação de inadimplemento quando os pagamentos contratuais estão devidos há 90 dias. No entanto, em certos casos, a Companhia também pode considerar que um

| Demonstrações dos Resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais) | | | | |
|--|--------------|---------|-------------|-----------|
| | Controladora | | Consolidado | |
| | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 |
| Operações em continuidade | - | - | 333.711 | 314.272 |
| Receita líquida (Nota 19) | - | - | (189.085) | (203.987) |
| Custo das vendas e dos serviços prestados (Nota 20) | - | - | 144.626 | 110.285 |
| Lucro bruto | - | - | - | - |
| Receitas (despesas) operacionais | - | - | (53.202) | (56.432) |
| Despesas com vendas (Nota 20) | - | - | (95.377) | (93.664) |
| Despesas gerais e administrativas (Nota 20) | (400) | (401) | - | - |
| Outras (despesas) e receitas operacionais | - | - | 14.634 | 9.080 |
| Resultado das participações societárias e outros investimentos | - | - | - | - |
| Resultado de equivalência patrimonial (Nota 10.a e b.) | 1.745.072 | 662.898 | - | - |
| Provisão para perdas em investimentos (Nota 10.a e b.) | - | - | 414 | 1.675 |
| Dividendos recebidos (Nota 10.d.) | - | - | 1.461.957 | 420.811 |
| Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro | 1.744.672 | 662.497 | 1.473.052 | 391.755 |
| Resultado financeiro | - | - | - | - |
| Despesas financeiras (Nota 21) | - | - | (16.121) | (12.520) |
| Receitas financeiras (Nota 21) | - | - | 392.315 | 315.298 |
| Variações cambiais, líquidas | - | - | 7.311 | 41.713 |
| Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social | 1.744.672 | 662.497 | 1.856.557 | 736.246 |
| Imposto de renda e contribuição social (Nota 15) | - | - | (109.613) | (73.484) |
| Correntes | - | - | (2.270) | (264) |
| Diferidos | - | - | - | - |
| Lucro líquido (prejuízo) das operações em continuidade | 1.744.672 | 662.497 | 1.744.674 | 662.498 |
| Lucro líquido (prejuízo) do exercício | 1.744.672 | 662.497 | 1.744.674 | 662.498 |
| Atribuído aos: | | | | |
| Acionistas controladores | 1.744.672 | 662.497 | 1.744.672 | 662.497 |
| Acionistas não controladores | - | - | 2 | 1 |

Demonstrações dos Resultados Abrangentes - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|--------------|----------|-------------|----------|
| | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 |
| Lucro líquido (Prejuízo) do exercício | 1.744.672 | 662.497 | 1.744.674 | 662.498 |
| Itens que serão reclassificados subsequentemente ao resultado | - | - | - | - |
| Realização das reservas de reavaliações, líquidas | 564 | 563 | 564 | 563 |
| Ganhos (perdas) atuariais (Nota 22.b) | 825 | 2.257 | 825 | 2.257 |
| Valor justo dos investimentos por meio de outros resultados abrangentes (Nota 10.c) | (906.484) | (48.132) | (906.484) | (48.132) |
| Outros componentes do resultado abrangente | (905.095) | (45.312) | (905.095) | (45.312) |
| Resultado abrangente do exercício | 839.577 | 617.185 | 839.579 | 617.186 |
| Atribuído aos: | | | | |
| Acionistas controladores | 839.577 | 617.185 | 839.577 | 617.185 |
| Acionistas não controladores | - | - | 2 | 1 |

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|--------------|-----------|-------------|-----------|
| | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 |
| Fluxo de caixa das atividades operacionais | 1.744.672 | 662.497 | 1.856.558 | 736.246 |
| Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido | - | - | - | - |
| Despesas (receitas) que não representam movimentação de caixa | - | - | 2.888 | 3.187 |
| Depreciação (Nota 11.i.) | - | - | 110 | 164 |
| Amortização (Nota 11.i.) | - | - | 1.400 | 350 |
| Depreciação Propriedade para Investimento (Nota 12) | - | - | 41 | 25 |
| Perda na baixa de imobilizados e intangíveis | - | - | - | - |
| Resultado de equivalência patrimonial (Nota 10.a e b.) | (1.745.072) | (662.898) | - | - |
| Provisão (reversão) para perdas em investimentos (Nota 10.a e b.) | - | - | (414) | (1.675) |
| Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa, líquidos | - | - | 1.127 | (143) |
| Perdas com títulos incobráveis | - | - | 1.384 | 689 |
| Provisão (reversão) para perdas de estoques (Nota 7) | - | - | (1.907) | (6.657) |
| Provisão para perdas com depósitos judiciais (Nota 16) | - | - | 998 | 529 |
| Provisão (Reversão) para demandas judiciais (Nota 16) | - | - | 6.373 | 1.281 |
| Provisão (reversão) de complementação previdenciária (Nota 22.b.) | - | - | (275) | (411) |
| Juros e variação cambial, líquidos | - | - | 12.084 | 9.515 |
| Variação de ativos e passivos operacionais | - | - | (10.793) | (11.024) |
| Contas a receber de clientes | - | - | 6.728 | 13.689 |
| Estoques | - | - | (76.664) | (50.293) |
| Impostos e contribuições a recuperar | - | - | (1.386) | 841 |
| Contas a receber com partes relacionadas | - | - | (1.138) | 586 |
| Despesas antecipadas | - | - | (729) | 2.223 |
| Outras contas a receber | - | - | (98.859) | - |
| Juros sobre capital próprio a receber | - | - | 1.204 | 381 |
| Depósitos compulsórios e judiciais | - | - | (589.684) | - |
| Dividendos a Receber | - | - | (99.308) | (133.514) |
| Propriedade para investimento | - | - | (1) | (3.227) |
| Fornecedores | - | - | 2.954 | 902 |
| Salários e encargos sociais | - | - | 758 | 10.438 |
| Adiantamento a clientes | - | - | 7.938 | 13.313 |
| Impostos e contribuições a recolher | - | - | 400 | 402 |
| Contas a pagar com partes relacionadas | - | - | (5.800) | (1.335) |
| Pagamento de demandas judiciais | - | - | (6.505) | (6.128) |
| Outras contas a pagar | - | - | 63.578 | 301 |
| | | | | |

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas - 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| contingência | | Participação % | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|--|---------|----------------|---------|-------------------------------------|---|----------------------------|----|-------------------------|----|---------------------|------|--|---------|--|-------|-------------------------------------|--|-------|-------|-----------------------------------|--|-------|---------|--|--|-------|-------|-----------------------------|--|-------|-------|--|--|-------------|--|--|--|------|------|----------|--|--------|--------|----------------------|--|-------|-------|--------------------------|--|-----|-----|--------------------------|--|-----|-------|---------------------------|--|-----|-------|----------------------------|--|-------|-------|----------------------------|--|--------|--------|--|--|-------------|--|--|--|------|------|-----------------|--|-------|-------|------------------------------|--|-----|-------|-------------------------------|--|-----|-------|---|--|---------|---------|--|--|-------|-------|--|--|-------------|--|--|--|------|------|-------------|--|----|----|--------------------------|--|-------|-------|--|--|---|---|--------|--|-------|-------|
| | | 2025 | 2024 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| <p>ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. iii) Compensação de instrumentos financeiros: Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial consolidado, se houver um direito legal aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. 2.6. Contas a receber de clientes: A receita é reconhecida quando o Grupo transfere o controle dos bens ou serviços para os clientes, em um valor que reflète a contraprestação que o Grupo espera receber em troca desses bens ou serviços. O Grupo aplica os cinco passos seguintes do CPC 47: (1) Identificação dos contratos com o cliente; (2) Identificação das obrigações de desempenho previstas no contrato; (3) Determinação do preço da transação; (4) Alocação do preço da transação à obrigação de desempenho previstas no contrato; e (5) Reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida. A receita é reconhecida líquida dos impostos cobrados dos clientes, que são posteriormente recolhidos para as autoridades governamentais. O Grupo reconhece a receita quando: (a) o valor da receita seu valor pode ser mensurado com segurança; (b) há probabilidade de benefícios econômicos futuros fluírem para a entidade; e (c) quando critérios específicos tenham sido atendidos para cada uma das atividades das controladas, conforme descrição a seguir. As principais receitas são reconhecidas da seguinte forma: (a) Receitas com assinaturas são reconhecidas mediante a entrega de jornais ou disponibilização do acesso ao conteúdo jornalístico, quando da transferência diária e mediante a vigência do contrato. A controlada indireta Empresa Folha da Manhã S.A., neste momento, efetua o controle do bem ao cliente e este tem acesso irrestrito ao contratado, favorecendo o cumprimento obrigação de desempenho. Nestes contratos os preços são conhecidos e aceitos antecipadamente. (b) Receitas de vendas de serviços de veiculação de anúncios são reconhecidas pela controlada indireta Empresa Folha da Manhã S.A. quando da veiculação dos anúncios, momento em que a obrigação de desempenho é satisfeita. Neste momento, o cliente tem a satisfação concluída de dispor do resultado esperado na prestação de serviço. A definição de preços é antecipadamente apresentada e aceita pelo cliente. (c) Receitas de vendas avulsas são reconhecidas a medida em que o cliente efetua aquisição da edição impressa reconhecendo a disponibilidade do bem e a controlada indireta Empresa Folha da Manhã S.A. efetiva sua obrigação de entrega de jornais. A venda deste produto é no varejo e disponibilizada em pontos de vendas (banca), sem que ocorra a contratação individual do cliente final. (d) Receitas de vendas de livros são reconhecidas a medida em que o cliente reconhece a disponibilidade do bem e a controlada indireta Empresa Folha da Manhã S.A. conclui sua obrigação de entrega. A definição de preços é antecipadamente apresentada e aceita pelo cliente. (e) Receitas de vendas de serviços de pesquisa de opinião são reconhecidas com a entrega do projeto contratado, momento em que o cliente reconhece a disponibilidade de sua conclusão e a controlada indireta Datafolha Instituto de Pesquisas Ltda. efetiva sua obrigação de entrega do projeto de pesquisa. Neste momento, efetiva o controle do serviço prestado ao cliente e este tem acesso irrestrito ao contratado favorecendo o cumprimento obrigação de desempenho. A definição de preços é antecipadamente apresentada e aceita pelo cliente. Transações de permuta: As receitas incluem montantes reconhecidos a partir da troca de bens e serviços ("transações de permuta"), avaliados a valor justo. As transações de permutas envolvem serviços de veiculação de publicidade e assinaturas de jornais realizadas pela controlada indireta Empresa Folha da Manhã S.A. Seu saldo devedor está apresentado na rubrica "Contas a receber de clientes" e o saldo credor na rubrica "Fornecedores". 2.7. Estoques: Os custos incorridos para indicar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma: Matérias-primas - custo de aquisição segundo o custo médio. Produtos acabados - custo dos materiais diretos, mão de obra e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação, com base na capacidade operacional normal. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar venda. 2.8. Demais ativos circulantes e não circulantes: Os demais ativos circulantes e não circulantes são reconhecidos pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias ou cambiais e os correspondentes rendimentos auferidos até a data dos balanços. 2.9. Imobilizado: O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, que está a valor justo, menos depreciação acumulada, acrescido da reavaliação espontânea parcial de bens. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos. Os custos subsequentes não incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando forem prováveis que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções, quando incorridos, são lançados em contrapartida ao resultado do exercício. Em conformidade com o CPC 27, a controlada indireta Empresa Folha da Manhã S.A. realizou durante o exercício de 2022 e 2021 avaliações de vida útil aplicada em seus ativos imobilizados onde não foram identificadas variações de vida útil. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada em anos, como segue:</p> <table border="1"> <tbody> <tr> <td>Equipamentos processamento de dados</td> <td>5</td> </tr> <tr> <td>Instalações e benfeitorias</td> <td>10</td> </tr> <tr> <td>Máquinas e equipamentos</td> <td>10</td> </tr> <tr> <td>Móveis e utensílios</td> <td>10</td> </tr> <tr> <td>Edifícios e benfeitorias em imóveis de terceiros</td> <td>25 a 40</td> </tr> </tbody> </table> <p>O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável, se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado. 2.10. Intangível: Softwares: As licenças de software são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-las e os gastos necessários para sua utilização. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável em cinco anos. Os custos associados à manutenção de softwares, quando incorridos, são reconhecidos como despesa. 2.11. Fornecedores: As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes, se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. 2.12. Adiantamentos de clientes: Os adiantamentos de clientes são representados por: (a) assinaturas recebidas de jornais a entregar de acordo com a vigência e apropriadas ao resultado pela entrega contratada das publicações; (b) adiantamentos de publicidade, obtidos por conta de veiculação de publicidade futura, são registrados como receita quando da efetiva veiculação da publicidade; e (c) recebimentos para entregas de produtos editoriais como livros, textos e imagens. 2.13. Provisão para demandas judiciais: As provisões para ações judiciais trabalhistas, tributárias e cíveis, são reconhecidas quando: O Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos passados, é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor tiver sido estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras. As provisões de contingência são reconhecidas, quando a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer processo individual for classificada como provável pelos advogados responsáveis. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor temporal e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. As provisões trabalhistas, tributárias e cíveis são apresentadas na rubrica provisões para contingências, passivo não circulante, conforme Nota 16. 2.14. Demais passivos circulantes e não circulantes: Os demais passivos circulante e não circulante são reconhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data dos balanços. 2.15. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido: As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. O imposto de renda e contribuição social são reconhecidos na demonstração do resultado. O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas na data do balanço e apresentadas de acordo com o CPC 32 - "Tributos sobre o Lucro". A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda, com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável apresenta margem a interpretações, estabelecendo provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo circulante, quando houver montantes a pagar, ou no ativo, quando os montantes pagos antecipadamente excedem o total devido na data do relatório. O imposto de renda e contribuição social diferido são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e contribuição social diferido são determinados usando alíquotas de imposto fiscais promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado. Os impostos de renda diferidos passivos, são compensados quando há um direito exigível legal de compensar os ativos fiscais correntes, contra os passivos fiscais correntes, quando os impostos de renda diferidos passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida. Na controlada indireta Empresa Folha da Manhã S.A., o imposto de renda e contribuição social diferidos passivos, foram constituídos na proporção das reservas de reavaliação de bens do imobilizado, na proporção dos Ajustes de avaliação patrimonial relatados conforme Nota 15 e pelo diferimento dos resultados com faturamento de veiculações de publicidades com órgãos públicos e tributados de acordo com a legislação fiscal vigente. Exposições fiscais: Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia e suas controladas são determinantes para sua consideração, o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda venha ser efetivamente realizado. A Companhia e suas controladas acreditam que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto, baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser atualizadas, o que levariam a Companhia e suas controladas a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente. Tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que revisões forem realizadas. 2.16. Benefícios a empregados: a) Plano de complementação de aposentadoria: A controlada indireta Empresa Folha da Manhã S.A. é copatrocinadora do plano de benefício pós-emprego, da modalidade contribuição definida e benefício definido. Geralmente, os planos são financiados por pagamentos a seguradoras ou fundos fiduciários determinados por cálculos atuariais periódicos. Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a controlada faz contribuições fixas a uma entidade separada. Não existem outras obrigações legais, nem contributivas, se o fundo não reunir ativos suficientes para pagar a todos os empregados e relacionados as atividades anteriores do empregado, no período corrente e anterior. Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente, dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração. O passivo reconhecido no balanço patrimonial da controlada, com relação aos planos de pensão de benefício definido, é o valor presente da obrigação na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano e com os ajustes de custos de serviços passados não reconhecidos. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das futuras estimadas saídas de caixa, usando taxas de juros equivalentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos da respectiva obrigação do plano de pensão. Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajuste pela experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados direta-</p> | | | | Equipamentos processamento de dados | 5 | Instalações e benfeitorias | 10 | Máquinas e equipamentos | 10 | Móveis e utensílios | 10 | Edifícios e benfeitorias em imóveis de terceiros | 25 a 40 | <p>te em subconta específica do patrimônio líquido em outros resultados abrangentes. Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado, a menos que as mudanças do plano de pensão estejam condicionadas à permanência do empregado com vínculo de trabalho, por um período de tempo no qual o direito é adquirido. Nesse caso, os custos de serviços passados são amortizados pelo método linear, durante o período em que o direito foi adquirido. A descrição do plano de complementação de aposentadoria está demonstrada na Nota 22 em linha com o CPC-33. b) Participações nos resultados: A controlada indireta Empresa Folha da Manhã S.A. e suas controladas reconhecem um passivo circulante e uma despesa de participação nos resultados, com base no cumprimento de metas estipuladas pela administração da controlada. Se atingido o cumprimento das metas, a participação nos resultados é destinada a todos os profissionais da controlada e suas controladas. Caso as metas não sejam atingidas, a controlada destina a participação dos resultados conforme estipulado no acordo de convenção coletiva do Sindicato. 2.17. Capital social: As ações ordinárias e as preferenciais da Companhia são classificadas no patrimônio líquido. 2.18. Ajuste a valor presente de ativos e passivos: Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, o Grupo concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste. 2.19. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025: As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2025: <ul style="list-style-type: none"> Alteração ao IAS 1/CPC 26(R1) e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis: alteração do termo "políticas contábeis significativas" para "políticas contábeis materiais". A alteração também define o que é "informação de política contábil material", explica como identificá-las e esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. O "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements", também alterado, fornece orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. Alteração ao IFRS 16/CPC 06(R2) - Arrendamentos: a alteração emitida em setembro de 2022 traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e relação ("sale and lease-back"). Ao mensurar o passivo de locação subsequente à venda e relocação, o vendedor-arrendatário determina os "pagamentos da locação" e os "pagamentos da locação revisados" de forma que não resulte no reconhecimento pelo vendedor-locatário de qualquer quantia do ganho ou perda relacionada ao direito de uso que retém. Isto poderia afetar particularmente as transações de venda e relocação em que os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou taxa. Essa alteração não teve impacto material para o Grupo. Alterações ao IAS 7/CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e IFRS 7/CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação: a alteração emitida pelo IASB em maio de 2023, traz novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores ("supplier finance arrangements - SFAs") com o objetivo de permitir aos investidores avaliar os efeitos sobre os passivos de uma entidade, os fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez. Acordos de financiamento de fornecedores são descritos, nessa alteração, como sendo acordos em que um ou mais provedores de financiamento se oferecem para pagar valores que o acordo deve aos seus fornecedores, e a entidade concorda em pagar de acordo com os termos e condições do acordo na mesma data, ou em uma data posterior, que os fornecedores são pagos. Os acordos normalmente proporcionam à entidade condições de pagamento estendidas, ou aos fornecedores da entidade condições de recebimento antecipado, em comparação com a data de vencimento original da fatura relacionada. As novas divulgações incluem as seguintes principais informações: (a) Os termos e condições dos acordos SFAs. (b) Para a data de início e fim do período de reporte: (i) O valor contábil e as rubricas das demonstrações financeiras associadas aos passivos: financeiros que são parte de acordos SFAs. (ii) O valor contábil e as rubricas associadas aos passivos financeiros em (i) para os quais os fornecedores já receberam pagamento dos provedores de financiamento. (iii) Intervalo de datas de vencimento de pagamentos de passivos financeiros em (i) e contas a pagar comparáveis que não fazem parte dos referidos acordos SFAs. (c) Alterações que não afetam o caixa nos valores contábeis de passivos financeiros em b (i). (d) Concentração de risco de liquidez com provedores financeiros. O IASB forneceu isenção temporária para divulgação de informações comparativas no primeiro ano de adoção dessa alteração. Nesta isenção, também estão incluídos alguns saldos iniciais de abertura específicos. Além disso, as divulgações exigidas são aplicáveis apenas para períodos anuais durante o primeiro ano de aplicação. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2024. As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais para o Grupo. 2.20. Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor: As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2025. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). <ul style="list-style-type: none"> Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros: em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" e IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Evidenciação" para responder a questões práticas recentes, melhorar o entendimento, bem como incluir novos requisitos aplicáveis a empresas em geral e não apenas a instituições financeiras. As alterações: (a) esclarecem a data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de caixa; (b) esclarecem e adicionam orientação para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de somente pagamento de principal e juros ("SPPI test"), incluindo situações de ocorrência de um evento contingente; (c) adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ESG); e (d) atualizam as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI"). As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2026. A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras. Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza: em dezembro de 2024, o IASB alterou os requisitos de aplicação de own use e hedge accounting previstos no IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", bem como adicionou certos requerimentos de divulgações do IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Evidenciação", com o objetivo de assegurar que as demonstrações financeiras apresentem de forma adequada os efeitos de contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza (ex.: energia eólica, energia solar, etc.), descritos como "contracts referencing nature-dependent electricity". Portanto, se aplicam somente a contratos que expõem uma entidade a variabilidade em função da volatilidade na geração de energia que dependa de condições da natureza. As alterações trazem: (i) orientações para a determinação pela entidade se os contratos de energia, que dependem de condições da natureza, devem ser tratados contabilmente como contratos de own use, (ii) condições a serem consideradas para aplicação de hedge accounting (cash flow hedge) e (iii) divulgações sobre características contratuais que expõem a entidade a variabilidades, compromissos contratuais ainda não reconhecidos (fluxos de caixa estimados) e efeitos dos contratos na performance da entidade durante o exercício. As referidas alterações são aplicáveis a exercícios/períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2026. O Grupo está em processo inicial de análise dos efeitos dessas alterações em suas demonstrações financeiras, porém não espera que resultem em impactos materiais. IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras: essa nova norma contábil substituirá o IAS 1 - "Apresentação das Demonstrações Contábeis", introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparente aos usuários. Embora o IFRS 18 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração dentro das demonstrações financeiras. A administração está atualmente avaliando as implicações detalhadas da aplicação da nova norma nas demonstrações financeiras da Companhia. A partir de uma avaliação preliminar realizada, os seguintes impactos potenciais foram identificados: <ul style="list-style-type: none"> Embora a adoção do IFRS 18 não tenha impacto no lucro líquido do Grupo, espera-se que o agrupamento de itens de receitas e despesas na demonstração do resultado nas novas categorias tenha impacto em como o resultado operacional é calculado e divulgado. Os itens de linha apresentados nas demonstrações financeiras primárias podem mudar como resultado da aplicação dos princípios aprimorados sobre agregação e desagregação. Além disso, como o ágio deverá ser apresentado separadamente no balanço patrimonial, o Grupo desagregará o ágio e outros ativos intangíveis e os apresentará separadamente no balanço patrimonial. O Grupo não espera que haja mudança significativa nas informações que são atualmente divulgadas nas notas explicativas, uma vez que o requisito de divulgação de informações materiais permanece inalterado; no entanto, a maneira como as informações são agrupadas pode mudar como resultado dos princípios de agregação/desagregação. Além disso, haverá novas divulgações significativas necessárias para: (i) medidas de desempenho definidas pela administração; (ii) abertura da natureza de determinadas linhas de despesas apresentadas por função na categoria operacional da demonstração de resultado; e (iii) para o primeiro ano de aplicação do IFRS 18, uma reconciliação para cada linha da demonstração de resultado entre os valores reapresentados pela aplicação do IFRS 18 e os valores apresentados anteriormente pela aplicação do IAS 1. No que se refere à demonstração dos fluxos de caixa, haverá mudanças em como os juros recebidos e pagos são apresentados. Os juros pagos serão apresentados como fluxos de caixa de financiamento e os juros recebidos como fluxos de caixa de investimento. A nova norma tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva, isto é as informações comparativas para o exercício social de 31 de dezembro de 2026 serão reapresentadas de acordo com o IFRS 18. Melhorias Anuais às normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) - Volume 11: As melhorias anuais se limitam a alterações que visam esclarecer a redação de algumas normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) ou corrigir inconsistências não intencionais relativamente menores, omissões ou conflitos entre os requisitos das normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards). As alterações referem-se às seguintes normas: <ul style="list-style-type: none"> IFRS 1 - "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro"; IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Divulgação e sua Orientação de Implementação do IFRS 7"; IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros"; IFRS 10 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas"; e: IAS 7 - "Demonstração dos Fluxos de Caixa". Vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras. Alterações ao IAS 21 - Tradução para uma Moeda de Apresentação Hiperinflacionária: Essas alterações de escopo restrito especificam os procedimentos de tradução para uma entidade cuja moeda de apresentação é a de uma economia hiperinflacionária. A entidade aplica as alterações se: <ul style="list-style-type: none"> a moeda funcional for a de uma economia não hiperinflacionária e ela estiver traduzindo seus resultados e posição financeira para a moeda de uma economia hiperinflacionária; ou estiver traduzindo para a moeda de uma economia hiperinflacionária os resultados e a posição financeira de uma operação no exterior cuja moeda funcional seja a de uma economia não hiperinflacionária. As alterações têm como objetivo melhorar a utilidade das informações resultantes de maneira eficiente em termos de custos. Desenvolvidas em resposta ao feedback de partes interessadas, espera-se que essas alterações reduzam a diversidade de práticas e proporcionem uma base mais clara para o reporte em moeda hiperinflacionária. Vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras. Alterações aos Exemplos Ilustrativos sobre IFRS 7, IFRS 18, IAS 1, IAS 8, IAS 36 e IAS 37 - "Divulgação de Incertezas nas Demonstrações Financeiras": Essas alterações incluem exemplos que ilustram como uma entidade pode aplicar os requisitos das normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) para divulgar os efeitos de incertezas em suas demonstrações financeiras. Os exemplos demonstram como divulgar os impactos de incertezas em cenários relacionados ao clima, mas os princípios e requisitos também são aplicáveis à divulgação de outras incertezas. Os exemplos não acrescentam nem alteram exigências das normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Stan- </p> | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Equipamentos processamento de dados | 5 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Instalações e benfeitorias | 10 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Máquinas e equipamentos | 10 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Móveis e utensílios | 10 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Edifícios e benfeitorias em imóveis de terceiros | 25 a 40 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Controladas | | 99,99 | 99,99 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Larimus Participações Ltda | | 99,99 | 99,99 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Empresa Folha da Manhã S.A. | | 99,99 | 99,99 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Notícias Populares S.A. | | 99,99 | 99,99 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Companhia Paulista Editora e de Jornais S.A. | | 99,92 | 99,92 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Datafolha Instituto de Pesquisas Ltda. | | 100,00 | 100,00 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Kypa Empreendimentos Imobiliários Ltda. | | 100,00 | 100,00 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Kypa Investimentos Ltda. (i) | | 100,00 | - | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| (i) A empresa Kypa Investimentos Ltda. foi fundada em 2025, portanto não houve consolidação em 2024 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 5. Caixa e equivalentes de caixa | | Consolidado | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | 2025 | 2024 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Caixa | | 1 | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Bancos conta-movimento | | 10.815 | 1.508 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Aplicações financeiras (i) | | 1.878.845 | 886.982 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | 1.889.661 | 888.491 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| (i) Aplicações financeiras com liquidez imediata, aplicações com remuneração baseada na variação percentual média de 101% do CDI, bem como aplicação em time deposit com taxa de juros fixa de 4,39% ao ano, todas com vencimento original igual ou superior a três meses e com insignificante risco de mudança de valor. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 6. Contas a receber de clientes | | Consolidado | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | 2025 | 2024 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Publicidade | | 23.099 | 20.896 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Publicidade - permutas | | 5.295 | 4.226 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Assinaturas a receber | | 52.012 | 46.804 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Venda avulsa | | 56 | 111 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Impressão de jornais | | 791 | 791 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Produtos editoriais | | 11 | 81 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Serviços de transporte (saldo incorporado) | | 1.612 | 1.669 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Produtos editoriais (saldo incorporado) | | 2.269 | 2.269 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Pesquisas de mercados | | 1.879 | 2.623 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Alugáveis | | 3.518 | 440 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Outras* | | 1.995 | 3.216 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | 92.537 | 83.126 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Provisão para crédito de liquidação duvidosa | | (7.150) | (6.023) | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | 85.387 | 77.103 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| A exposição máxima ao risco de crédito da controlada indireta Empresa Folha da Manhã S.A. é o valor justo das contas a receber mencionadas. Para atenuar esse risco, a controlada adota como prática a análise das modalidades de cobrança (publicidade, permuta e outros), probabilidade de perdas de créditos esperada (ou seja, valor presente de todos os déficits de caixa) ao longo da vida esperada do instrumento financeiro, as quais, estimativas são aplicadas pela Sociedade de acordo com o CPC 48 - Instrumentos Financeiros. No que tange a situação patrimonial e financeira de seus clientes, o estabelecimento de limite de crédito e o acompanhamento permanente de seu saldo devedor, entre outros. Nos saldos a receber de assinaturas constam, somente, clientes cujos valores estão adiantados. A sinal de qualquer inadimplência com esta modalidade de recebíveis, a disponibilização das assinaturas é interrompida evitando a necessidade de provisão. Para o restante da carteira, o que não foi provisionado referem-se a clientes cuja análise individual da sua situação financeira não demonstrou risco de inadimplência. As movimentações da provisão para créditos de liquidação duvidosa foram como segue: <table border="1"> <tbody> <tr> <td colspan="2"></td> <td>Consolidado</td> <td></td> </tr> <tr> <td colspan="2"></td> <td>2025</td> <td>2024</td> </tr> <tr> <td colspan="2">Saldo no início do exercício</td> <td>6.023</td> <td>6.167</td> </tr> <tr> <td colspan="2">Créditos provisionados no exercício</td> <td>2.386</td> <td>1.486</td> </tr> <tr> <td colspan="2">Créditos recuperados no exercício</td> <td>(642)</td> <td>(1.198)</td> </tr> <tr> <td colspan="2">Créditos baixados definitivamente da posição</td> <td>(617)</td> <td>(432)</td> </tr> <tr> <td colspan="2">Saldo no final do exercício</td> <td>7.150</td> <td>6.023</td> </tr> </tbody> </table> <p>As contas a receber de clientes por idade de vencimento são como segue:</p> <table border="1"> <tbody> <tr> <td colspan="2"></td> <td>Consolidado</td> <td></td> </tr> <tr> <td colspan="2"></td> <td>2025</td> <td>2024</td> </tr> <tr> <td colspan="2">A vencer</td> <td>67.604</td> <td>60.483</td> </tr> <tr> <td colspan="2">Vencidas até 30 dias</td> <td>7.980</td> <td>7.570</td> </tr> <tr> <td colspan="2">Vencidas de 31 a 60 dias</td> <td>564</td> <td>591</td> </tr> <tr> <td colspan="2">Vencidas de 61 a 90 dias</td> <td>791</td> <td>1.603</td> </tr> <tr> <td colspan="2">Vencidas de 91 a 180 dias</td> <td>942</td> <td>1.634</td> </tr> <tr> <td colspan="2">Vencidas acima de 181 dias</td> <td>7.506</td> <td>5.222</td> </tr> <tr> <td colspan="2">Total das contas a receber</td> <td>85.387</td> <td>77.103</td> </tr> </tbody> </table> <table border="1"> <tbody> <tr> <td colspan="2"></td> <td>Consolidado</td> <td></td> </tr> <tr> <td colspan="2"></td> <td>2025</td> <td>2024</td> </tr> <tr> <td colspan="2">Materias-primas</td> <td>2.999</td> <td>6.194</td> </tr> <tr> <td colspan="2">Produtos acabados e projetos</td> <td>826</td> <td>3.705</td> </tr> <tr> <td colspan="2">Materiais diversos (iii) (ii)</td> <td>936</td> <td>1.590</td> </tr> <tr> <td colspan="2">Provisão para perdas e obsolescência (iv) (i)</td> <td>(1.044)</td> <td>(2.951)</td> </tr> <tr> <td colspan="2"></td> <td>3.717</td> <td>8.538</td> </tr> </tbody> </table> <p>(i) Em 2024 a Companhia reavaliou a provisão para perdas de estoques dos materiais de consumo, sendo necessário uma provisão (reversão) de R\$ (5.497). As provisões (reversões) de obsolescências de estoques seguem critérios específicos conforme as normas contábeis e totalizaram R\$ (1.160). A movimentação total entre provisão (reversão) de perdas e obsolescência durante o ano foi de R\$ (6.657). (ii) Em 2024 foi efetuada a baixa de R\$ (14.588) por meio de laudo técnico, referente materiais obsoletos oriundos da desmobilização do CTGF, feito por empresa especializada. (iii) Em 2025 a Companhia realizou inventário físico R\$ (4.921) de todo seu estoque por meio de equipe especializada contratada. O inventário gerou um Laudo utilizado como instrumento técnico para baixas de valores de materiais que não existiam, que estavam em desuso ou que não tinham valor de mercado. (iv) Após o inventário em 2025 a Companhia reavaliou a provisão para perdas de estoques dos materiais de consumo, sendo necessário uma provisão (reversão) de R\$ (239). As provisões (reversões) de obsolescências de estoques seguem critérios específicos conforme as normas contábeis e totalizaram R\$ (1.668). A movimentação total entre provisão (reversão) de perdas e obsolescência durante o ano foi de R\$ (1.907).</p> <p>8. Impostos e contribuições a recuperar:</p> <table border="1"> <tbody> <tr> <td colspan="2"></td> <td>Consolidado</td> <td></td> </tr> <tr> <td colspan="2"></td> <td>2025</td> <td>2024</td> </tr> <tr> <td colspan="2">Curto prazo</td> <td>45</td> <td>53</td> </tr> <tr> <td colspan="2">Pis e Cofins faturamento</td> <td>1.832</td> <td>2.713</td> </tr> <tr> <td colspan="2">Imposto de renda e contribuição social - antecipação</td> <td>1</td> <td>2</td> </tr> <tr> <td colspan="2">Outros</td> <td>1.878</td> <td>2.767</td> </tr> </tbody> </table> | | | | | | Consolidado | | | | 2025 | 2024 | Saldo no início do exercício | | 6.023 | 6.167 | Créditos provisionados no exercício | | 2.386 | 1.486 | Créditos recuperados no exercício | | (642) | (1.198) | Créditos baixados definitivamente da posição | | (617) | (432) | Saldo no final do exercício | | 7.150 | 6.023 | | | Consolidado | | | | 2025 | 2024 | A vencer | | 67.604 | 60.483 | Vencidas até 30 dias | | 7.980 | 7.570 | Vencidas de 31 a 60 dias | | 564 | 591 | Vencidas de 61 a 90 dias | | 791 | 1.603 | Vencidas de 91 a 180 dias | | 942 | 1.634 | Vencidas acima de 181 dias | | 7.506 | 5.222 | Total das contas a receber | | 85.387 | 77.103 | | | Consolidado | | | | 2025 | 2024 | Materias-primas | | 2.999 | 6.194 | Produtos acabados e projetos | | 826 | 3.705 | Materiais diversos (iii) (ii) | | 936 | 1.590 | Provisão para perdas e obsolescência (iv) (i) | | (1.044) | (2.951) | | | 3.717 | 8.538 | | | Consolidado | | | | 2025 | 2024 | Curto prazo | | 45 | 53 | Pis e Cofins faturamento | | 1.832 | 2.713 | Imposto de renda e contribuição social - antecipação | | 1 | 2 | Outros | | 1.878 | 2.767 |
| | | Consolidado | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | 2025 | 2024 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Saldo no início do exercício | | 6.023 | 6.167 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Créditos provisionados no exercício | | 2.386 | 1.486 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Créditos recuperados no exercício | | (642) | (1.198) | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Créditos baixados definitivamente da posição | | (617) | (432) | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Saldo no final do exercício | | 7.150 | 6.023 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | Consolidado | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | 2025 | 2024 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| A vencer | | 67.604 | 60.483 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Vencidas até 30 dias | | 7.980 | 7.570 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Vencidas de 31 a 60 dias | | 564 | 591 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Vencidas de 61 a 90 dias | | 791 | 1.603 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Vencidas de 91 a 180 dias | | 942 | 1.634 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Vencidas acima de 181 dias | | 7.506 | 5.222 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Total das contas a receber | | 85.387 | 77.103 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | Consolidado | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | 2025 | 2024 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Materias-primas | | 2.999 | 6.194 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Produtos acabados e projetos | | 826 | 3.705 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Materiais diversos (iii) (ii) | | 936 | 1.590 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Provisão para perdas e obsolescência (iv) (i) | | (1.044) | (2.951) | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | 3.717 | 8.538 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | Consolidado | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | 2025 | 2024 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Curto prazo | | 45 | 53 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Pis e Cofins faturamento | | 1.832 | 2.713 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Imposto de renda e contribuição social - antecipação | | 1 | 2 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Outros | | 1.878 | 2.767 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

| Continuação | | Folha Participações S.A. e Controladas - CNPJ: 05.395.894/0001-80 | | Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas - 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma) | |
|---|-----------|---|-----------|--|---------------------------------|
| c) Valor Justo por item x Custo histórico Edifício Athenas por item | | | | | |
| Item | Descrição | Valor Justo das construções | cf laudo | % | Valor Depreciável KYPA cf custo |
| 1 | Conj. 11 | 2.633 | 3,57% | | 2.625 |
| 2 | Conj. 12 | 2.633 | 3,57% | | 2.625 |
| 3 | Conj. 21 | 2.633 | 3,57% | | 2.625 |
| 4 | Conj. 22 | 2.633 | 3,57% | | 2.625 |
| 5 | Conj. 31 | 2.633 | 3,57% | | 2.625 |
| 6 | Conj. 32 | 2.633 | 3,57% | | 2.625 |
| 7 | Conj. 41 | 2.633 | 3,57% | | 2.625 |
| 8 | Conj. 42 | 2.633 | 3,57% | | 2.625 |
| 9 | Conj. 51 | 2.633 | 3,57% | | 2.625 |
| 10 | Conj. 52 | 2.633 | 3,57% | | 2.625 |
| 11 | Conj. 61 | 2.633 | 3,57% | | 2.625 |
| 12 | Conj. 62 | 2.633 | 3,57% | | 2.625 |
| 13 | Conj. 71 | 2.633 | 3,57% | | 2.625 |
| 14 | Conj. 72 | 2.633 | 3,57% | | 2.625 |
| 15 | Conj. 81 | 2.633 | 3,57% | | 2.625 |
| 16 | Conj. 82 | 2.633 | 3,57% | | 2.624 |
| 17 | Conj. 91 | 2.633 | 3,57% | | 2.624 |
| 18 | Conj. 92 | 2.633 | 3,57% | | 2.624 |
| 19 | Conj. 101 | 2.633 | 3,57% | | 2.624 |
| 20 | Conj. 102 | 2.633 | 3,57% | | 2.624 |
| 21 | Conj. 111 | 2.633 | 3,57% | | 2.624 |
| 22 | Conj. 112 | 2.633 | 3,57% | | 2.624 |
| 23 | Conj. 121 | 2.633 | 3,57% | | 2.624 |
| 24 | Conj. 122 | 2.633 | 3,57% | | 2.624 |
| 25 | Conj. 131 | 2.633 | 3,57% | | 2.624 |
| 26 | Conj. 132 | 2.632 | 3,57% | | 2.624 |
| 27 | Conj. 141 | 5.265 | 7,14% | | 5.249 |
| Totais | | 73.722 | 100,00% | | 73.488 |
| d) As quantias reconhecidas no resultado: | | | | | |
| Receita operacional Bruta de rendas de propriedade para investimento | | 2025 | 2024 | | |
| Gastos operacionais diretos (incluindo reparos e manutenção) provenientes de propriedades para investimento que não tenham gerado rendas durante o período | | 253 | - | | |
| e) Não há existência e quantias de restrições sobre a capacidade de realização de propriedades para investimento ou a remessa de lucros e recebimentos de alienação; f) Não há obrigações contratuais para comprar, construir ou desenvolver propriedades para investimento ou para reparos, manutenção ou aumentos. Riscos e Incertezas: A entidade faz monitoramento contínuo no mercado para avaliar impactos sobre o valor da propriedade para investimento. Para sanar os principais riscos associados ao investimento as seguintes medidas foram tomadas: Reembolso de despesas Edifício: Despesas com utilidades públicas, facilities, seguros, manutenção predial, consultorias diversas, despesas bancárias necessárias a realização das despesas citadas, são todos gastos reembolsáveis pelos locatários, conforme acordo entre as partes. Fundo de reserva Edifício: Mensalmente é depositado pelos locatários valor simbólico fixo para a composição. | | | | | |
| 13. Fornecedores | | | | | |
| Fornecedores nacionais | | 2025 | 2024 | | |
| Fornecedores estrangeiros | | 7.741 | 9.216 | | |
| Permutas (*) | | 164 | 200 | | |
| | | 2.405 | 3.853 | | |
| | | 10.310 | 13.270 | | |
| (*) As permutas referem-se a contratos originários da receita de venda de espaço no jornal na controlada indireta Empresa Folha da Manhã S.A., em contrapartida ao fornecimento de bens ou serviços, tais como passagens aéreas, publicidade em outros meios de comunicação e fornecimento de conteúdo jornalístico para empresas de Internet. O saldo ativo das permutas está apresentado na rubrica "Contas a receber de clientes" no ativo circulante. | | | | | |
| 14. Adiantamentos de clientes | | | | | |
| Assinaturas | | 2025 | 2024 | | |
| Publicidade | | 54.814 | 50.174 | | |
| Produtos editoriais | | 1.887 | 4.634 | | |
| | | 139 | 1.274 | | |
| | | 56.841 | 56.082 | | |
| 15. Imposto de renda e contribuição social diferidos: O imposto de renda e contribuição social diferidos estão apresentados de acordo com o CPC 32 - "Tributos sobre o Lucro". | | | | | |
| Imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias | | 2025 | 2024 | | |
| Imposto de renda e contribuição social sobre reserva de reavaliação | | (2.560) | (555) | | |
| | | 290 | 290 | | |
| | | (2.270) | (265) | | |
| A conciliação entre a taxa efetiva e a taxa estatutária é como segue: | | | | | |
| Lucro (Prejuízo) do exercício antes do imposto e da contribuição social | | 2025 | 2024 | | |
| Alíquota vigente - % | | 1.744.672 | 662.497 | 1.856.557 | 736.246 |
| Expectativa de crédito de imposto de renda e contribuição social em relação ao lucro antes desses impostos, de acordo com a alíquota vigente | | 34 | 34 | 34 | 34 |
| Resultado de equivalência patrimonial | | (593.188) | (225.249) | (631.229) | (250.324) |
| Provisão para perdas em investimentos | | 593.325 | 225.385 | - | - |
| Diferenças permanentes | | - | - | 141 | 569 |
| Diferido não constituído sobre diferenças temporais | | - | - | 497.727 | 143.198 |
| Prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição Social de exercícios anteriores compensados | | - | - | (4.994) | 2.824 |
| Diferido não constituído sobre prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição Social | | (136) | (137) | (139) | (140) |
| Outros | | (1) | 1 | 423 | 1 |
| Despesa com imposto de renda e contribuição social registrados no resultado do exercício | | - | - | (111.883) | (73.748) |
| Alíquota efetiva | | 0% | 0% | -6% | -10% |
| Imposto de renda e contribuição social Corrente | | - | - | (109.613) | (73.484) |
| Diferido | | - | - | (2.270) | (264) |
| Em 2025, diante da falta de recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social em períodos anteriores, a Companhia deixou de constituir o crédito fiscal diferido ativo sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias. Os montantes não constituídos relativos ao imposto de renda e a contribuição social, diferidos ativos, não circulantes, são como segue: | | | | | |
| Prejuízo fiscal | | 2025 | 2024 | | |
| Diferenças temporárias do imposto de renda | | 2.954 | 2.554 | 4.346 | 75.694 |
| Imposto de renda diferido (25%) | | - | - | 15.528 | (6.673) |
| Base negativa de contribuição social | | 2.954 | 2.554 | 19.874 | 69.021 |
| Diferenças temporárias da contribuição social | | - | - | 15.528 | (6.673) |
| | | 2.954 | 2.554 | 21.264 | 75.677 |
| Contribuição social diferida (9%) | | - | - | 1.914 | 6.811 |
| Parcela do prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social sem constituição de imposto de renda e contribuição social diferidos por incerteza de realização | | (1.004) | (868) | (1.603) | (26.335) |
| Parcela de diferenças temporárias sem constituição de imposto de renda e contribuição social diferidos por incerteza de realização | | - | - | (5.280) | 2.269 |
| O saldo de prejuízo fiscal e de base negativa, por empresa, no consolidado, está assim demonstrado: | | | | | |
| Folha Participações S/A | | 2025 | 2024 | | |
| Larimus Participações Ltda | | 2.954 | 2.954 | 2.554 | 2.554 |
| Empresa Folha da Manhã S.A. | | 284 | 284 | 274 | 274 |
| Datafolha Instituto de Pesquisas Ltda. (i) | | - | - | 71.757 | 77.022 |
| Cia. Paulista Editora e de Jornais S.A. | | 512 | 1.856 | 512 | 1.856 |
| Notícias Populares S.A. | | 225 | 269 | 227 | 271 |
| | | 371 | 373 | 370 | 373 |
| | | 4.346 | 5.736 | 75.694 | 82.350 |
| (i) A partir do período de 2024, a controlada indireta Datafolha Instituto de Pesquisas Ltda. passou a ser tributada pelo regime do lucro presumido. Em função deste regime tributário, o saldo de prejuízos fiscais e bases negativas permaneceram sem movimentação. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, registrados no passivo não circulante, são como segue: | | | | | |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ajuste de valor justo de outros Investimentos. | | 2025 | 2024 | | |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre reserva de reavaliação | | 1.116.131 | 1.583.108 | | |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre receitas diferidas | | 13.143 | 13.434 | | |
| | | 5.269 | 2.709 | | |
| | | 1.134.543 | 1.599.251 | | |
| 16. Provisão para demandas judiciais: A controlada indireta Empresa Folha da Manhã S.A. e suas controladas são partes envolvidas em processos trabalhistas, tributários e cíveis que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências trabalhistas, tributárias e cíveis em discussão nas instâncias administrativa e judicial, são estabelecidas por valores atualizados com base nas estimativas de perdas prováveis classificadas pelos advogados responsáveis por cada processo. Na opinião da administração, todos os processos judiciais foram adequadamente provisionados e para aqueles não provisionados a administração, em conjunto com seus consultores jurídicos, entendem que as perspectivas de perda são remotas ou de possíveis resultados a favor da Empresa. Os valores provisionados no passivo não circulante, líquidos dos depósitos compulsórios e judiciais, estão apresentados conforme segue: | | | | | |
| Trabalhistas (i) | | Consolidado | | 2025 2024 | |
| Tributários (iii) | | 2025 2024 | | 68.924 63.608 | |
| Cíveis (ii) | | 2025 2024 | | 104.959 93.100 | |
| | | 2025 2024 | | 34.039 36.948 | |
| | | 2025 2024 | | 207.922 193.656 | |
| (i) Referem-se a reclamações de ex-empregados. Não há nenhum processo individual de valor relevante que justifique divulgação específica. (ii) São decorrentes, principalmente, de rescisões de contratos comerciais e ações indenizatórias. (iii) São decorrentes, de ações tributárias para ressarcimento e recuperação de tributos municipais, estaduais e federais. | | | | | |
| a) Movimentação da provisão para contingências: | | | | | |
| | | Consolidado | | Compensação de depósitos judiciais | |
| | | 2024 | | 2025 | |
| Trabalhistas | | 63.608 | 14.512 | Paga-mentos (5.159) | Rever-sões (9.260) |
| Tributária | | 93.100 | 10.962 | - | Varição monetária (6.265) |
| Cíveis | | 36.948 | 1.857 | (1.446) | (5.433) |
| | | 193.656 | 27.331 | (6.605) | (20.958) |
| | | | | 14.641 | 14.641 |
| b) Contingências cíveis classificadas como possíveis: As contingências cíveis não provisionadas com probabilidade de desfecho possíveis, na controladora, contêm o montante de R\$25.520, em 2025 (R\$16.978, em 2024) e no Consolidado, o montante de R\$25.520 em 2025 (R\$16.978 em 2024). São decorrentes, principalmente, de rescisões de contratos comerciais e ações indenizatórias. c) Contingências tributárias classificadas como possíveis. Impostos e contribuições a recolher na controlada indireta Empresa Folha da Manhã, em discussão e não provisionados, cuja probabilidade de perda é estimada como possível pelos assessores jurídicos externos. Os valores não provisionados de contingências tributárias possíveis são como segue: | | | | | |
| | | Consolidado | | Compensação de depósitos judiciais | |
| | | 2023 | | 2024 | |
| Trabalhistas | | 63.893 | 10.396 | Paga-mentos (5.231) | Rever-sões (9.511) |
| Tributária | | 93.017 | 7.828 | - | Varição monetária (9.240) |
| Cíveis | | 30.768 | 2.008 | (897) | (199) |
| | | 187.678 | 20.232 | (6.128) | (18.950) |
| | | | | 11.337 | 11.337 |
| b) Contingências cíveis classificadas como possíveis: As contingências cíveis não provisionadas com probabilidade de desfecho possíveis, na controladora, contêm o montante de R\$25.520, em 2025 (R\$16.978, em 2024) e no Consolidado, o montante de R\$25.520 em 2025 (R\$16.978 em 2024). São decorrentes, principalmente, de rescisões de contratos comerciais e ações indenizatórias. c) Contingências tributárias classificadas como possíveis. Impostos e contribuições a recolher na controlada indireta Empresa Folha da Manhã, em discussão e não provisionados, cuja probabilidade de perda é estimada como possível pelos assessores jurídicos externos. Os valores não provisionados de contingências tributárias possíveis são como segue: | | | | | |
| | | Consolidado | | Compensação de depósitos judiciais | |
| | | 2025 | | 2024 | |
| Trabalhistas | | 34.299 | 32.914 | Paga-mentos (5.231) | Rever-sões (9.511) |
| Tributária | | 83.186 | 78.189 | - | Varição monetária (9.240) |
| ICMS | | 71.463 | 66.959 | - | - |
| INSS | | 119.632 | 107.062 | - | - |
| IPTU | | 23.207 | 21.305 | - | - |
| FGTS | | 341 | 313 | - | - |
| ISS | | 7.562 | 7.153 | - | - |
| IPI | | 4.714 | 3.018 | - | - |
| | | 344.405 | 316.912 | - | - |
| d) Movimentação dos depósitos judiciais: Os valores de depósitos compulsórios e judiciais apresentados no ativo não circulante, estão assim distribuídos: | | | | | |
| | | Consolidado | | Atualização Monetária | |
| | | 2024 | | 2025 | |
| Trabalhistas | | 7.060 | (998) | 295 | (839) |
| Cíveis | | 93 | - | - | (22) |
| Tributários | | 30.019 | - | - | (781) |
| | | 37.172 | (998) | 295 | (1.642) |
| e) Depósitos judiciais mantidos sobre contingências classificadas como possíveis: A controlada indireta Empresa Folha da Manhã S.A. e suas controladas mantêm depósitos compulsórios e judiciais possíveis para manutenção dos questionamentos. Os valores de depósitos compulsórios e judiciais na controladora montam R\$ 17.242 em 2025 e no consolidado R\$ 17.243, na controladora (R\$15.836, em 2024) e no consolidado (R\$15.836 em 2024). | | | | | |
| 17. Impostos e contribuições a recolher | | | | | |
| | | Controladora | | Consolidado | |
| | | 2025 2024 | | 2025 2024 | |
| ICMS | | - | - | 20 | 236 |
| ISS | | - | - | 191 | 276 |
| PIS e COFINS | | - | - | 12.974 | 8.203 |
| IRPJ/CSLL | | - | - | 14.753 | 4.880 |
| INSS | | - | 1 | 530 | 445 |
| IRRF | | 5 | 4 | 2.816 | 2.345 |
| OUTROS | | - | - | 163 | 211 |
| | | 5 | 5 | 31.447 | 16.596 |
| São Impostos e contribuições municipais, estaduais e federais a recolher de operações da controlada indireta Empresa Folha da Manhã S.A. e suas controladas, calculados dentro das competências e pagos mensalmente a cada período de apuração. | | | | | |
| 18. Patrimônio líquido: a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2025 houve aumento de R\$ 311.048 no capital social da companhia, totalizando R\$ 455.233, em 2024, o capital social da Companhia era de R\$ 144.185. Não houve alteração na quantidade de ações, que continuaram a ser compostas por 1.510.000 ações. b) Reserva de reavaliação: A controlada indireta Empresa Folha da Manhã S.A., em anos anteriores, reavaliou parcialmente os bens registrados no ativo imobilizado. A controlada optou pela manutenção do saldo da reserva de reavaliação até sua efetiva realização. c) Reserva legal: A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo acumulado e aumentar o capital. d) Reserva de lucros a realizar: A constituição da reserva de lucros a realizar foi proposta pela administração para retenção do valor correspondente aos dividendos mínimos obrigatórios, nos termos do artigo 197 da Lei 6.404/76, dada a ausência de lucros realizados. Em 31/12/2025 o saldo é de R\$ 20.619. e) Reserva estatutária: A retenção do resultado não realizado e constituição de reserva estatutária foi proposta pela administração para destinar o saldo de lucros não realizados pela Companhia. Em 31/12/2025 o saldo desta reserva foi acrescido no montante de R\$ 1.598.903, com esta destinação o saldo desta reserva passou a totalizar R\$ 2.015.356. f) Direito das ações: O lucro líquido do exercício, quando constituído, terá a destinação que lhe for determinada pelos sócios, observando-se as disposições legais aplicáveis. g) Lucros (prejuízos) Acumulados: A administração propõe a seguinte destinação para o saldo remanescente da Companhia R\$ 1.745.236 do lucro líquido do exercício, demonstrado como segue: | | | | | |
| Lucro líquido do exercício | | 2025 | | 2025 | |
| Realização de reserva de reavaliação líquidas de tributos | | 1.744.672 | | 564 | |
| Saldo remanescente de lucros | | 564 | | 1.745.236 | |
| g.1) Constituição da Reserva Legal | | | | | |
| Conforme Art. 193 da Lei 6404/76 da Lei das S.A. deverão ser destinados 5% do lucro líquido do exercício para reserva legal, contanto que não ultrapasse 20% do Capital Social. | | | | | |
| Os dividendos mínimos obrigatórios a pagar foram calculados como segue: | | | | | |
| Lucro (prejuízo) líquido do exercício | | 2025 | | 2024 | |
| Capital Social | | 1.744.672 | | 455.233 | |
| Limite de 20% sobre o Capital Social | | 91.047 | | 91.047 | |
| Saldo Reserva Legal 2024 | | (28.837) | | (28.837) | |
| Valor livre para destinação a Reserva Legal | | 62.210 | | 62.210 | |
| g.2) Dividendos mínimos obrigatórios | | | | | |
| Os dividendos mínimos obrigatórios a pagar foram calculados como segue: | | | | | |
| Lucro (prejuízo) líquido do exercício | | 2025 | | 2024 | |
| (-) Parcela do Lucro destinado a Reserva Legal | | 1.744.672 | | (62.210) | |
| Base para cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios | | 1.682.462 | | 1.682.462 | |
| Percentual conforme estatuto | | 5% | | 5% | |
| Dividendo mínimos obrigatórios | | 84.123 | | 84.123 | |
| g.3) A administração propõe que o restante do saldo R\$ 1.598.903 do lucro líquido seja destinado para Reserva Estatutária na proporção de R\$ 1.598.903, cálculo conforme segue: | | | | | |
| Lucro líquido do exercício | | 2025 | | 2024 | |
| (-) Reserva legal 5% (i) | | (62.210) | | (62.210) | |
| Saldo lucro líquido do exercício após reserva legal | | 1.682.462 | | 1.682.462 | |
| (-) Dividendo mínimo obrigatório realizado | | (84.123) | | (84.123) | |
| (+ Realização de reserva de reavaliação em controlada, líquida de tributos | | 564 | | 564 | |
| (-) Saldo de lucros acumulados a destinar no exercício | | 1.598.903 | | 1.598.903 | |
| Destinado para aumento de reserva estatutária | | 1.598.903 | | 1.598.903 | |
| (i) Limitado ao montante total de 20% do Capital Social. | | | | | |
| h) O saldo de dividendos a pagar de curto e longo prazo está composto como segue: | | | | | |
| | | Consolidado | | 2025 2024 | |
| Saldo de dividendos a pagar | | 2025 2024 | | 84.123 36.732 | |
| Circulante | | 5.031 | | 4.661 | |
| Não circulante | | 79.092 | | 32.071 | |
| i) Ajustes de avaliação patrimonial: Conforme estabelecido pelo CPC 48 - "Instrumentos Financeiros", em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, revogando o CPC 38 - Instrumentos Financeiros, o investimento na investida OFL Participações S.A., foi avaliado a valor justo por meio de outros resultados abrangentes, pela Companhia. Na OFL Participações S.A. os ajustes decorrem de seus valores patrimoniais e das investidas indiretas Universo Online S.A., conforme detalhado na Nota 10.c. | | | | | |
| OFL Participações S/A | | 2025 | | 2024 | |
| Ganhos (perdas) atuariais | | 2.166.604 | | 3.073.088 | |
| | | 2.762 | | 1.937 | |
| | | 2.169.366 | | 3.075.025 | |
| Adicionalmente, as perdas e ganhos atuariais, são também registrados como ajuste de avaliação patrimonial, conforme detalhado na Nota 22. | | | | | |
| 19. Receita líquida: a) Receita de bens ou serviços | | | | | |
| | | Consolidado | | 2025 2024 | |
| | | 2025 2024 | | 127.312 127.737 | |
| Receita bruta de assinaturas | | (6.226) | | (6.658) | |
| Deduções da receita bruta de assinaturas | | 156.679 | | 136.333 | |
| Receita de publicidade | | (7.300) | | (6.724) | |
| Deduções da receita bruta de publicidade | | 6.104 | | 7.734 | |
| Receita de venda avulsa | | (1.833) | | (2.376) | |
| Deduções de receita de venda avulsa | | 1.295 | | 1.249 | |
| Receita de impressão de jornais | | 217 | | | |

continuação

Folha Participações S.A. e Controladas - CNPJ: 05.395.894/0001-80

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas - 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Exposição a riscos cambiais: A controlada indireta Empresa Folha da Manhã S.A. contrata fornecedores em moeda estrangeira. O risco vinculado a esse passivo, surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nas taxas de câmbio que possam aumentar os saldos desse passivo.

| | Consolidado | |
|--|-------------|------|
| | 2025 | 2024 |
| Passivo líquido registrado | 163 | 196 |
| Passivo aproximado - R\$ a pagar euros | 14 | 5 |
| Passivo aproximado - R\$ a pagar dólares | 149 | 191 |
| Passivo total aproximado na liquidação | 163 | 196 |
| Passivo líquido - € | 2 | 1 |
| Passivo líquido - US\$ | 27 | 31 |
| Passivo líquido em moeda estrangeira | 29 | 32 |

Os valores sujeitos a esse risco estão demonstrados a seguir:

O saldo de fornecedores estrangeiros de 31 de dezembro de 2025, será liquidado durante o primeiro trimestre de 2026. A Companhia e suas controladas utilizou a estimativa das projeções de curto prazo do Bradesco economia que apresenta o valor do dólar americano em R\$ 5,41 e o euro em R\$ 6,20. c) Exposição a riscos da taxa de juros: Em 2025 e 2024, a Companhia e suas controladas não captaram financiamentos, portanto, sem exposições a riscos. d) Concentrações de risco de crédito: Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia e suas controladas às concentrações de risco de crédito consistem primariamente em caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes. A Companhia e suas controladas mantêm contas-correntes bancárias e aplicações financeiras de liquidez imediata, com instituições financeiras aprovadas pela administração, de acordo com os critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito. e) Transações com partes relacionadas: Sobre os saldos mantidos no ativo não circulante decorrentes de adiantamentos de recursos para cobertura de despesas de empresas controladas e outras partes relacionadas, mencionadas na Nota 9, não incidem juros de mercado. f) Mensuração do valor justo: As tabelas abaixo apresentam a mensuração do valor justo dos ativos e passivos financeiros do Grupo em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

Em 2025

| | Consolidado | | |
|---|---|--|---------------------------------|
| | Preços cotados em mercados ativos (Nível 1) | Dados observáveis significativos (Nível 2) | Dados não observáveis (Nível 3) |
| Ativos financeiros | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5) | - | 1.889.661 | - |
| Contas a receber de clientes (Nota 6) | - | 85.387 | - |
| Contas a receber - partes relacionadas (Nota 9) | - | 8.777 | - |
| Despesas antecipadas | - | 3.509 | - |
| Outras contas a receber | - | 2.226 | - |
| Depósitos compulsórios e judiciais (Nota 16) | - | 37.427 | - |
| Outros ativos financeiros não circulantes (Nota 10.c) | 2.132.683 | - | 1.291.181 |

| | Consolidado | | |
|---|---|--|---------------------------------|
| | Preços cotados em mercados ativos (Nível 1) | Dados observáveis significativos (Nível 2) | Dados não observáveis (Nível 3) |
| Passivos financeiros | | | |
| Fornecedores (Nota 13) | - | 10.309 | - |
| Adiantamento de clientes (Nota 14) | - | 56.841 | - |
| Contas a pagar - partes relacionadas (Nota 9) | - | 3.179 | - |
| Outras contas a pagar | - | 73.466 | - |

Em 2024

| | Consolidado | | |
|---|---|--|---------------------------------|
| | Preços cotados em mercados ativos (Nível 1) | Dados observáveis significativos (Nível 2) | Dados não observáveis (Nível 3) |
| Ativos financeiros | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5) | - | 888.491 | - |
| Contas a receber de clientes (Nota 6) | - | 77.103 | - |
| Contas a receber - partes relacionadas (Nota 9) | - | 7.392 | - |
| Despesas antecipadas | - | 2.371 | - |
| Outras contas a receber | - | 1.497 | - |
| Depósitos compulsórios e judiciais (Nota 16) | - | 37.172 | - |
| Outros ativos financeiros não circulantes (Nota 10.c) | 2.131.614 | - | 2.665.713 |

A Diretoria

Aos Administradores e Acionistas

Folha Participações S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Folha Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Folha Participações S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Folha Participações S.A. e da Folha Participações S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas con-

| | Consolidado | | |
|---|---|--|---------------------------------|
| | Preços cotados em mercados ativos (Nível 1) | Dados observáveis significativos (Nível 2) | Dados não observáveis (Nível 3) |
| Passivos financeiros | | | |
| Fornecedores (Nota 13) | - | 13.270 | - |
| Adiantamento de clientes (Nota 14) | - | 56.082 | - |
| Contas a pagar - partes relacionadas (Nota 9) | - | 8.980 | - |
| Outras contas a pagar | - | 9.888 | - |

24. Seguros: A cobertura de seguros contra danos materiais, é determinada segundo a natureza dos bens, abrangendo os imóveis, bens móveis, lucros cessantes, no limite máximo de garantia da apólice, no montante de R\$296.109, sendo considerada suficiente pela administração, para cobrir eventuais perdas decorrentes de sinistros.

25. Reorganização societária: Fatos relevantes: Em 2024 a Empresa Folha da Manhã S.A. adquiriu um Galpão em São Bernardo do Campo para fins de obter Renda de Aluguel. Em decorrência disso, foi fundada a empresa Kypa Empreendimentos Imobiliários Ltda, sob o CNPJ de número 56.947.622/0001-86, com CNAE 68.22-6-00 - Gestão e administração da propriedade imobiliária. A Empresa Folha da Manhã S.A. tem participação societária de 100% da Kypa Empreendimentos Imobiliários Ltda e em suas demonstrações consolidadas a empresa registrou o galpão adquirido como propriedade para investimento. Em 2025 a Empresa Folha da Manhã S.A. para fins de expandir as atividades da empresa Kypa Empreendimentos Imobiliários Ltda, fez um aumento de capital em sua controlada bem como a ampliação do objeto social. A Kypa por sua vez adquiriu um edifício em Pinheiros - SP denominado como "Edifício Athenas" que foi registrado na empresa como propriedade para investimento. Também em 2025 a Empresa Folha da Manhã S.A., a fim de administrar novos investimentos a serem realizados nos termos do objeto social da Companhia, aprovou junto aos seus órgãos societários a criação da empresa Kypa Investimentos Ltda, sob o CNPJ de número 63.965.037/0001-74. O capital da nova sociedade será formado por adiantamentos para futuro aumento de capital (AFAC) ou por aportes feitos do caixa livre da companhia que não esteja ligado a atividades operacionais. Por unanimidade, em 18 de agosto de 2025 em observância à deliberação da reunião prévia de acionistas da Folha Participações S.A. realizada em 06 de agosto de 2025, foi aprovado o aumento do capital social da Empresa Folha da Manhã S.A., no montante de R\$ 264.737.000,00 (duzentos e sessenta e quatro milhões e setecentos e trinta e sete mil reais), mediante capitalização de reservas de lucros, sem a emissão de novas ações, nos termos do artigo 169, §1º da Lei das S.A., de modo que o capital social da Companhia passará dos atuais R\$ 152.311.983,58 (cento e cinquenta e dois milhões, trezentos e onze mil, novecentos e oitenta e três reais e cinquenta e oito centavos) para R\$417.048.983,58 (quatrocentos e dezessete milhões, quarenta e oito mil, novecentos e oitenta e três reais e cinquenta e oito centavos).

26. Outros comentários: (a) Conflito entre Rússia e Ucrânia e conflito no Oriente Médio. O conflito iniciado em fevereiro de 2022 pela Rússia com a invasão a regiões da Ucrânia, que inicialmente se esperava ser breve, acabou se prolongando e expandindo impactos ao redor do mundo, incluindo sanções e retaliações econômicas entre países. Em 07/10/2023 também foi deflagrado o conflito no Oriente Médio, a partir de ataque do Hamas a Israel. Em 2025, observou-se a intensificação no conflito, bem como o aumento da participação e influência dos Estados Unidos (EUA) nesse contexto, seja por meio de ações diplomáticas, seja por presença militar estratégica na região. Tal cenário elevou o nível de incerteza nos mercados globais, com reflexos diretos sobre os preços internacionais de energia e volatilidade dos mercados financeiros. Adicionalmente, o ambiente econômico dos EUA permanece caracterizado por políticas monetárias restritivas, volatilidade cambial e incertezas quanto à condução da política fiscal e comercial, fatores que têm influenciado o fluxo de capitais internacionais, as taxas de juros globais e o comportamento das principais moedas. A Administração da Companhia não identificou impactos financeiros nas operações, mas, monitora continuamente o andamento do conflito, para avaliar eventuais impactos sobre seus negócios. (b) Impactos contábeis relacionados as mudanças climáticas: Os processos da produção utilizada pela Companhia não produzem gases do efeito estufa. A Companhia faz tratamento de resíduos químicos e biológicos, evitando disseminar produtos prejudiciais ao meio ambiente. O Grupo monitora continuamente os eventos decorrentes das mudanças climáticas e não identificou impactos financeiros nas operações. (c) Impactos contábeis relacionados a desastres naturais: Em 2024, foram registrados 1.690 desastres; terceiro maior registro da série. O ano foi marcado pelas enchentes no Rio Grande do Sul, que deixaram milhares de pessoas desabrigadas. Cerca de metade dos alertas (53%) foram de risco geológico, como deslizamentos de terra. Os outros alertas (47%) foram associados a riscos hidrológicos, como enxurradas e transbordamentos de rios e córregos. Em dezembro de 2025, a passagem de um ciclone extratropical na região Sul e Sudeste impactou severamente a infraestrutura e a produção regional. O evento foi caracterizado por rajadas de vento de até 120 km/h e a ocorrência de fenômenos severos, como ciclone e granizo. Os danos concentraram-se na agricultura, com perdas em lavouras de milho e soja, e na logística, devido ao bloqueio de estradas e interrupção de operações portuárias. Apesar da pressão sobre os

custos de seguros e reparos em redes elétricas, o monitoramento contínuo permitiu a ativação de protocolos de resposta rápida. O Grupo monitora continuamente os eventos decorrentes de desastres naturais e não identificou impactos financeiros nas operações. (d) Desmobilização do Centro Tecnológico Gráfico-Folha (CTG-F): Em 2024 a Empresa Folha da Manhã S.A. passou a imprimir seus produtos editoriais em gráfica terceira especializada, o mesmo para seus serviços gráficos, descontinuando as atividades de seu parque gráfico (CTG-F).

Principais impactos de resultado:

| | 2025 | 2024 |
|--|-------|----------|
| Receitas com a desmobilização (i) | 1.892 | 1.258 |
| Custos com Papel Vendido | - | (549) |
| Custos com Baixas de Estoque (ii) | (239) | (14.588) |
| Custos com Baixas de Imobilizado | - | (23) |
| Reversão de Provisão para Perda no Estoque (iii) | 239 | 5.497 |
| Custos Gráficos e Extras de Desmobilização | - | (344) |
| Custos de Folha de Pagamento (iv) | (36) | (4.551) |
| Resultado negativo com a Desmobilização | 1.856 | (13.300) |
| Rubrica de Resultado (i) | 2025 | 2024 |
| Receita de Operações Descontinuadas | 1.892 | 1.258 |
| Total | 1.892 | 1.258 |
| Rubrica de Resultado (ii) | 2025 | 2024 |
| Bx. Estoque - Op. Descontinuadas | (239) | (14.588) |
| Total | (239) | (14.588) |
| Rubrica de Resultado (iii) | 2025 | 2024 |
| Obsolescência de Estoque - Complemento | 239 | 5.497 |
| Total | 239 | 5.497 |
| Rubrica de Resultado (iv) | 2025 | 2024 |
| Salários e Ordenados | - | (15) |
| Hora Extra | - | (36) |
| Aviso Prévio e Indenizações | (36) | (3.937) |
| Assistência Médica e Social | - | (2) |
| Prêmio | - | (561) |
| Total | (36) | (4.551) |

(e) Reforma tributária: Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") nº 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar. Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro projeto de lei complementar (PLP 68/2024, que regulamentou parte da Reforma. O PLP 68/2024 foi sancionado com veto pelo presidente da República em 16 de janeiro de 2025, tornando-se a Lei Complementar nº 214/2025. Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS tenha sido inicialmente tratada no PLP nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, que ainda será apreciado pelo Senado Federal, parte da tratativa já foi incorporada ao PLP nº 68/2024, aprovado como acima mencionado que, entre outras previsões, determinou a instituição, até 31 de dezembro de 2025, do referido Comitê, responsável pela administração do referido imposto. Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2025. (f) Tributação de dividendos - Lei nº 15.270/25: Em 27 de novembro de 2025, foi publicada a Lei nº 15.270/25, que estabelece a reintrodução do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) à alíquota de 10% sobre os dividendos distribuídos. Essa incidência é aplicável aos lucros gerados a partir de 1º de janeiro de 2026. Um ponto relevante da Lei nº 15.270/25 refere-se à isenção do IRRF para os dividendos distribuídos com base em lucros apurados até 31 de dezembro de 2025, desde que a declaração e a distribuição desses dividendos sejam realizadas até essa mesma data. Ou seja, lucros gerados até 31 de dezembro de 2025 e devidamente declarados até essa data não estarão sujeitos à nova tributação, o que pode impactar decisões estratégicas das empresas quanto ao momento de distribuição dos dividendos.

CONTADOR: Gustavo Lopes de Abreu, CRC 1SP318302/0-3.

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

táveis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com

o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de abril de 2026

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Jefferson Alves da Silva
Contador
CRC SP - 264861/O-9